Capítulo 2

A crítica à epistemologia da ciência e a aposta na atitude ético-estética em pesquisa

Carlos Eduardo Ferraço
Maria da Conceição Silva Soares
Nilda Alves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERRAÇO, C.E., SOARES, M.C.S., AND ALVES, N. A crítica à epistemologia da ciência e a aposta na atitude ético-estética em pesquisa. In: *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 33-53. ISBN 978-85-7511-517-6.
<https://doi.org/10.7476/9788575115176.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

A crítica à epistemologia da ciência e a aposta na atitude ético-estética em pesquisa

O caminho técnico a percorrer consiste, em primeira aproximação, em reconduzir, as práticas e as línguas científicas para seu país de origem, a *everyday life*, a vida cotidiana. Este retorno, hoje sempre mais insistente, tem o caráter paradoxal de ser também um exílio em relação às disciplinas cujo rigor se mede pela estrita definição de seus limites. Desde que a cientificidade se atribuiu lugares próprios e apropriáveis por projetos racionais capazes de colocar zombeteiramente os seus modos de proceder, os seus objetos formais e as condições de sua falsificação, desde que ela se fundou como uma pluralidade de campos limitados e distintos, em suma, desde que não é mais do tipo teológico, a ciência constituiu o todo como o seu resto, e este resto se tornou o que agora denominamos a cultura (Certeau, 1994, pp. 64-5).

Em sua empreitada para formular uma teoria das práticas cotidianas, Michel de Certeau teceu, com seus próprios relatos e gestos em pesquisa, modalidades de ações que se inscrevem entre as lógicas operatórias das artes de dizer e das artes de fazer que se forjam com a cultura ordinária, sobre as quais ele se debruçou com afínco e rigor engajado por muitos anos, especialmente entre maio de 1968 e janeiro de 1986, ano de sua morte.

Em sua trajetória acadêmica, Certeau não só realizou com suas palavras e com seus atos uma crítica à epistemologia da História que se tornou hegemônica em sua época, e por ex-

tensão das Ciências Sociais e Humanas, como fabricou astuciosamente, movido por sua tenacidade, inventividade e inconformismo, maneiras de fazer e de dizer a ciência que, na contingência das determinações institucionais, se insinuam tacitamente como um estilo de invenções técnicas e de resistência moral, por meio do qual “uma ordem é exercida como uma arte”, ou seja, ela é, ao mesmo tempo, “exercida e burlada”.

Certeau transitou, sem pedir licença, por diferentes instituições sociais, como Universidade, Igreja e Estado, e por diferentes disciplinas científicas, como Teologia, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Linguística e Psicanálise, atravessando e, às vezes, se instalando nas fronteiras entre esses campos de *saberes-fazer*s. Tais gestos de deslocamento e de hibridação, próprios a quem nunca se identificou totalmente com um lugar determinado, eram movidos pela necessidade que ele tinha de buscar um tratamento que considerasse satisfatório para os objetos de pesquisa que formulou, para as questões que produziu, para as problematizações que inventou.

Tratava-se de escapar da circunscrição de um lugar próprio e dos limites que, por meio desta, são impostos ao pensamento e à ação. Os múltiplos atravessamentos institucionais e disciplinares lhe possibilitaram, além de abertura e movimento, uma interlocução com teóricos de vários campos do conhecimento (Freud, Lacan, Wittgenstein, Lévi-Strauss, Bourdieu e Foucault, entre outros) e um entrecruzamento de métodos que operacionalizaram a criação de instrumentos apropriados à análise das formalidades das práticas cotidianas.

Certeau vivenciou, na sua experiência acadêmica, o que ele próprio denominou de “liberdade gazeteira das práticas”: jogou com a normatividade imposta ao trabalho científico, subvertendo-a; fez usos de métodos, técnicas, pressupostos e rotinas institucionais para praticar a ciência “diferentemente”, de

uma maneira informada por seus próprios interesses e desejos; e, ainda, no diálogo com outros teóricos, fez-lhe filhos pelas costas, aliás, filhos monstruosos, ao modo que, segundo Deleuze, teria feito Nietzsche em seus encontros com outros pensadores.

Filhos pelas costas é ele quem faz. Ele dá um gosto perverso (que nem Marx nem Freud jamais deram a ninguém, ao contrário): o gosto para cada um dizer coisas simples em nome próprio, de falar por afectos [sic], intensidades, experiências, experimentações. Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. O nome como apreensão instantânea de uma tal multiplicidade intensiva é o oposto da despersonalização operada pela história da filosofia, uma despersonalização de amor e não de submissão. Falamos do fundo daquilo que não sabemos, do fundo de nosso próprio subdesenvolvimento. Tornamo-nos um conjunto de singularidades soltas, de nomes, sobrenomes, unhas, animais, pequenos acontecimentos: ao contrário de uma vedete (Deleuze, 1992, p. 15).

O modo operacional dessa interlocução consistia, então, em extrair do pensamento desses autores conceitos e gestos que eles insinuaram ou tornaram possíveis, embora não tenham sido explicitados ou desenvolvidos. Certeau buscava perceber, principalmente, através dos relatos de pesquisas produzidos por esses cientistas, os procedimentos realizados em sua execução e que levaram a determinados resultados e não outros, fazendo, com a análise dessas maneiras de fazer e de dizer, uma críti-

ca. Ao mesmo tempo, também procurava uma apropriação que produzisse diferença na produção científica e que fosse compreendida com a afirmação da criação de conhecimentos e modos de conhecer nos demais domínios da vida cotidiana.

Os acontecimentos de Maio de 1968 em Paris marcaram o jesuíta e historiador da mística religiosa nos séculos XVI e XVII, provocando uma ruptura instauradora da necessidade de compreender a cultura de sua época. A necessidade de se voltar para o que o “imprevisível poderia nos ensinar” sobre nós mesmos forjou a formulação de um novo objeto de pesquisa. No exercício obstinado para compreender aquele momento, ele passou a se interessar não pelos produtos culturais, como faziam outros pesquisadores à época, mas pelas operações de usuários desses produtos, ou seja, “pelas maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio num dado operado por uma prática” (Certeau, 1994, p. 13). E foi nessa mesma lógica que se engendraram, conforme o nosso modo certeuniano de ver, as práticas acadêmicas e científicas desse autor.

Tomou para si, desde então, a tarefa de afirmar a vida cotidiana como *espaçotempo* de criação permanente de conhecimentos e de modos de conhecer, de existir e de viver com outros, depositando sua confiança na inteligência e na inventividade dos homens e mulheres comuns, praticantes da cultura e usuários de artefatos que não foram produzidos por eles, mas que lhes são impostos. Ao invés de submissão, conformismo, alienação e passividade, ele enxergou nessas operações de praticantes mecanismos de resistência forjados com os usos que fazem do que lhes é imposto: uma produção secundária, clandestina e silenciosa que pode constituir microliberdades e, no limite, redes de antidisciplina.

Diante dessa tarefa, Michel de Certeau operou um duplo mecanismo para indicar o cotidiano como lugar de criação, in-

venção e antidisciplina. Em sua empreitada teórica, ele foi desconstruindo, com sua crítica, a produção e a operacionalidade de lugares que se pretendem como não cotidianos (como a universidade e os laboratórios de pesquisa). Foi desnaturalizando as operações de poder que buscavam produzi-los como tal, e, ao mesmo tempo, foi criando métodos para capturar, examinar, descrever e dar visibilidade às práticas do dia a dia dos homens e mulheres comuns e ao que eles fabricam e criam com os usos que fazem das mercadorias, das normas, das leis, dos conhecimentos e das significações hegemônicos que lhes são impostos e/ou apresentados como dados irrefutáveis.

Com o propósito de melhor destacar esse duplo mecanismo, que atravessa de ponta a ponta as obras do autor mais divulgadas em nosso país (*A escrita da história*, *A cultura no plural*, *A invenção do cotidiano* [volumes 1 e 2] e *História e psicanálise*), ainda que de forma mais explícita ou implícita aqui e ali, enfatizaremos alguns aspectos da crítica à epistemologia das Ciências Sociais e Humanas. Destacaremos alguns procedimentos realizados pelo próprio Michel de Certeau e seu grupo no trabalho de pesquisa para abordar as práticas cotidianas e apresentaremos algumas considerações sobre o ensino nas universidades no contexto da cultura de massa.

Ciência como ficção sociocultural que fabrica o real pretensamente representado

No primeiro volume de *A invenção do cotidiano* (1994), Michel de Certeau nos ensinou que as práticas ordinárias, as experiências singulares, as frequentações, as solidariedades, os enfrentamentos, as tensões, os consensos, as rotinas produtivas e as relações de forças organizam os diferentes espaçotempos em que vivemos, *ensinamosaprendemos* e pesquisamos, constituin-

do não apenas a “paisagem de uma pesquisa” e “uma maneira de caminhar”, como também o que vai sendo considerado como científico, educativo e cultural, entre outros domínios de nossa existência. As maneiras de fazer constituem, nessa perspectiva, processos mudos de apropriação que organizam a ordenação sociopolítica e instauram um presente relativo a um determinado momento e lugar, estabelecendo contato com outro numa rede de relações.

A ciência, como instituição, também é uma produção sociocultural, ainda que regida por técnicas específicas e lógicas operacionais próprias sob a égide de poderes econômicos e autoridades simbólicas. Fazer pesquisa também é uma prática cotidiana para aqueles que escolheram ou foram escolhidos por esse ofício e que ocupam, alternadamente, posições diversas nas relações de poder e de trabalho forjadas nos laboratórios e nas academias científicas. E, assim sendo, existem mil maneiras, autorizadas e não autorizadas, mas sempre disputadas, de se fazer ciência. Porém, conforme nos mostrou Certeau (1994, 1995, 1996, 2006, 2011), nenhuma delas — mesmo aquelas que tentam se enquadrar nos critérios de verdade, neutralidade, objetividade, universalidade e racionalidade, inventados com o paradigma tecnicista-cientificista forjado na modernidade histórica ocidental — conseguiu realizar, com as práticas de conceber e expressar conhecimentos, a fronteira que se tentou construir entre a ciência e “todo o seu resto”.

Na crítica que fez à historiografia, e que aqui nos apropriamos e estendemos aos modos operacionais de produção e divulgação de conhecimentos nas Ciências Sociais e Humanas, Certeau (2011), buscando desconstruir a possibilidade de apreensão total do real pesquisado e problematizando os efeitos criados pelos discursos que insistem em afirmar que falam em

nome desse real, assinala quatro modos de funcionamento possíveis da ficção na produção científica.

O primeiro deles diz respeito ao próprio estatuto da ciência, legitimado não pelos resultados obtidos e comprovados com suas pesquisas, mas sim por meio do distanciamento que instaura em relação ao dizer e ao crer comuns. Essa distância, criada por múltiplos mecanismos, instala uma diferença que credencia a ciência ao distingui-la do discurso ordinário. Nesse modo de funcionamento da ficção na ciência, a verdade é produzida pela identificação do erro nas narrativas não científicas. Trata-se, portanto, de um trabalho de falsificação efetuado pela ciência, por meio do qual ela institui a ficção como um elemento da cultura. Nesse modo de produção da diferença entre a ciência e todo o seu resto, a ficção opera como sinal do falso.

O segundo modo de funcionamento da ficção na ciência articula ficção e realidade. Nessa operação, que resulta de procedimentos de análise e interpretação, o discurso técnico ao identificar os erros característicos da ficção autoriza-se a falar em nome do real. A ficção torna-se, então, sinal do irreal. O procedimento, segundo Certeau (2011, p. 46), é simples:

[...] ao comprovar os erros, o discurso leva a considerar como real o que lhe é contrário. Apesar de ser logicamente ilegítimo, o procedimento funciona (*'marche'*) e *'leva na conversa'* (*'fait marcher'*). Desde então, a ficção é transferida para o lado do irreal, enquanto o discurso tecnicamente armado para designar o erro está afetado pelo privilégio suplementar de representar o real.

Em uma terceira circunstância, Certeau assinala que a ficção se encontra também no próprio campo da ciência, no cerne de sua produção, não cabendo mais indagar o que as linguagens científicas exprimem ou representam, mas o que elas organizam e tornam possível. Diz respeito, portanto, ao que é possível criar

e transformar com a ciência. Nesse modo de funcionamento, a ficção é o signo do artefato científico.

Por fim, no quarto modo de funcionamento apontado pelo autor, a ciência articula a ficção e o limpo. Nessa perspectiva, a ficção, acusada de não se constituir em um discurso unívoco, “de carecer de ‘limpeza’ [*propreté*] científica”, torna-se sinal de uma deriva semântica, produzindo efeitos de sentido que não podem ser circunscritos nem controlados.

Mas, enfim, por que voltar a atenção para os modos de funcionamento da ficção na ciência? De que forma essa problematização pode nos ajudar a questionar, desnaturalizar e reinventar as epistemologias dominantes? Em primeiro lugar, talvez, porque para o autor (2011, p. 48) a ficção “é um discurso que dá forma (*‘informe’*) ao real, sem qualquer pretensão de representá-lo ou ser informado por ele”, o que faria dessa modalidade narrativa menos um objeto de estudo e mais um modelo possível e alternativo para os relatos científicos que ainda insistem em falar com objetividade e neutralidade, em nome da verdade e do real. Pois, segundo Certeau (2011, p. 53):

A narrativa que fala em nome do real é imperativa; ela ‘faz conhecer’, à maneira como se dá uma ordem. Nesse aspecto, a atualidade (o real cotidiano) exerce um papel semelhante ao que a divindade desempenhava outrora: os padres, as testemunhas ou os ministros da atualidade fazem com que ela fale para dar ordens em seu nome. Certamente, ‘fazer falar’ o real já não é revelar as vontades secretas de um Autor; daqui em diante, algarismos e dados fizeram as vezes desses segredos ‘revelados’. No entanto, a estrutura permanece a mesma: ela consiste em ditar, interminavelmente, em nome do ‘real’, o que deve ser dito, o que se deve crer e o que deve ser feito. E o que opor a ‘fatos’? A lei que relata em dados e algarismos (ou seja, em termos fabricados por técnicos, mas apresentados como manifestação derradeira da au-

toridade, o Real) constitui nossa ortodoxia, um imenso discurso de ordem.

Essa questão é ainda mais relevante quando entendemos que a narrativa que afirma falar em nome do real é, muitas vezes, eficaz, transformando e regulando o espaço social. “Ao pretender relatar o real ela o fabrica. Ela é performática. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão” (Certeau, 2011, p. 53).

Em segundo lugar, a atenção à ficção em suas articulações com a ciência torna-se importante na medida em que as representações da realidade produzidas pelas operações científicas, muitas vezes, buscam camuflar as condições reais de sua produção, ou seja, buscam ocultar que são produtos de um meio, de um poder, de uma lógica, de uma técnica, enfim, das rotinas produtivas instituídas por uma comunidade científica.

No entanto, essa comunidade é também uma usina, distribuída em cadeias de montagem, submetida a exigências orçamentárias, associada, portanto, a políticas e às condicionantes crescentes de um aparato sofisticado (infraestruturas arquivísticas, computadores, modalidades de edição, etc.) ela é determinada por um recrutamento social bastante restrito e homogêneo; orientada por esquemas ou postulados socioculturais que impõem tal recrutamento, a prioridade/recursos afetados às pesquisas, os interesses do orientador/patrocinador, as correntes da época, etc. Além disso, sua organização interna baseia-se na divisão do trabalho; ela tem seus diretores, sua aristocracia, seus ‘chefes de trabalhos’ (frequentemente proletários das pesquisas decididas pelos diretores de departamento), suas técnicas, seus redatores mal remunerados e seus encarregados da manutenção (Certeau, 2011, p. 50).

Ainda que ele estivesse se referindo à realidade das rotinas produtivas nas instituições de pesquisa francesas no final do século XX, muitas dessas contingências, determinações, constrangimentos e modos operacionais assemelham-se aos que experimentamos atualmente em nossas universidades no Brasil. Ontem e hoje, lá e aqui, “o elemento excluído do discurso é justamente a garantia da coesão prática do grupo” (Certeau, 2011, p. 54). Da mesma forma, é em meio a essas contingências, determinações e constrangimentos que inventamos nossos modos de fazer pesquisa, produzindo, com nossas práticas, desvios e diferenças em relação ao que está posto.

Nesse sentido, Certeau (2006) nos dá algumas pistas de gestos possíveis para uma repolitização das Ciências Sociais e Humanas. O primeiro deles diz respeito à necessidade de considerarmos a localização onde se engendra a produção, ou seja, de especificarmos a particularidade do lugar (social e científico) de onde falamos, tendo em mente que tal localização configura temas, interesses e pontos de vista. Trata-se ainda de sublinhar a singularidade de cada análise e de questionar sistematizações globalizantes.

Outro gesto ético e político indicado pelo autor é a atenção ao ato produtor da ciência, o que implica manifestar as regras de produção, considerar o domínio em que o trabalho se realiza, assumir os limites e as possibilidades de transformação do lugar institucional, confrontar com a alteridade e se abrir às multiplicidades. Trata-se, com esse gesto, de assumir o lugar em que a produção científica se articula e que a torna possível, sem, no entanto, se reduzir às suas determinações.

Os limites impostos pela estatística às pesquisas das/com as práticas cotidianas

Considerando que a produção da ciência diz respeito a um poder, um meio, uma técnica e uma tecnologia, Certeau (2011) destaca que a informática abriu a possibilidade para as pesquisas quantitativas. Graças à informática, assegura, os pesquisadores tornaram-se capazes de construir regularidades e periodicidades, enchendo suas representações de algarismos e “garantias de objetividade”.

As condições circunstanciais para as operações estatísticas, segundo o autor, remetem a uma tripla determinação histórica: a primeira, de natureza técnica, se engendra com o progresso das matemáticas e da abordagem quantitativa da natureza; a segunda, sociopolítica, surge com um modo de organização administrativa que uniformiza o território fornecendo um modelo para a gestão geral dos cidadãos; e a terceira, de natureza ideológica, emerge com o surgimento de uma elite convencida do seu poder em garantir uma racionalização da sociedade. A historicização da estatística realizada por Certeau tem por função oferecer uma contrapartida à ambição de matematizar a ciência. Como defende o autor (2011, p. 55):

Nessa análise da sociedade baseada na matemática, é preciso, com efeito, sublinhar: 1º sua relação com as condições de operacionalidade históricas; 2º as reduções técnicas que ela impõe e, portanto, a relação entre o que ela aborda e o que deixa fora; por último, 3º seu funcionamento efetivo no campo historiográfico, ou seja, o modo de recuperação, ou de sua assimilação, pela disciplina que, supostamente, é transformada por ela. Eis outra forma de assistir ao retorno da ficção a uma prática científica.

Apesar de não desprezar nem as possibilidades oferecidas pela estatística quando combinada com outros tipos de análise e nem o “efeito de cientificidade” que ela produz com o tratamento quantitativo de dados, Michel de Certeau percebe os limites que esse tipo de sondagem implica e a afasta de seu projeto. A sondagem estatística, devido aos seus procedimentos próprios, deixa escapar o que mais interessa a esse autor — isto é, as operações efetuadas nas/com as práticas cotidianas, suas singularidades, suas lógicas e suas trajetórias.

Mesmo a estatística praticamente não leva isso em conta, pois ela se contenta em classificar, calcular e tabular as unidades ‘léxicas’, de que compõem essas trajetórias, mas às quais não se reduzem, e em fazê-lo em função de categorias e taxinomias que lhe são próprias. Ela consegue captar o material dessas práticas, e não sua *forma*; ela baliza os elementos utilizados e não o ‘fraseado’ devido à bricolagem, à inventividade ‘artesanal’, à discursividade que combinam estes elementos, todos recebidos, e de cor indefinida. Decompondo essas ‘vagabundagens’ eficazes em unidades que ela mesma define, recompondo, segundo seus códigos os resultados dessas montagens, a enquête estatística só ‘encontra’ o homogêneo (Certeau, 1994, pp. 45-6).

A estatística, em função dos seus modos de proceder para criar uma representação do real, reproduz o sistema ao qual pertence, conforme assinalou Certeau (1994, p. 46), deixando “de fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* cotidianos”. Tendo em vista a ultrapassagem da clivagem que organiza a modernidade, recortando a produção do conhecimento em “insularidades científicas” dispostas a conquistar todo o “seu resto”, Michel de Certeau indica que a insinuação do ordinário em campos científicos constituídos pode produzir erosão em um corpo de

técnicas de análise, criar aberturas, indicar deslocamentos e reorganizar o lugar onde se produz o discurso.

As maneiras de fazer ciência, como as nossas próprias experiências sugerem, se inscrevem em territórios moveáveis, nos quais as práticas cotidianas, por meio de gestos e relatos, organizam os campos, os lugares de saber/poder e o estatuto das ciências. Essas operações de praticantes podem promover tanto ajuste e submissão à lógica hegemônica em determinado *espaço-tempo*, como engendrar desvios e outros caminhos possíveis, e, desse modo, constituir um complexo e heterogêneo movimento antidisciplina, ou melhor, antidisciplinarização dos conhecimentos, valores e interesses em favor da afirmação da potência criadora da vida de todo dia, em todas as suas dimensões.

Caminhos teórico-metodológicos possíveis para uma atitude ético-estética em pesquisa

O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. Que dizer desta história muda? Ao menos, indicando os sítios onde a questão das práticas cotidianas foi articulada, vou marcar já as dívidas e também as diferenças que possibilitaram um trabalho nestes lugares (Certeau, 1994, p. 35).

Um gesto ético-estético de Certeau marca uma arte de fazer e uma arte de dizer em ciência forjadas com as suas práticas. Com tal gesto, relatado na abertura do volume um de *A invenção do cotidiano*, ele apresenta a “paisagem de uma pesquisa” e “uma

maneira de caminhar”, assumindo a sua relação com lugares institucionais já instituídos e com uma produção científica que articula a questão que lhe interessa e antecede o seu trabalho.

Ao mesmo tempo, anuncia que vai demarcar as diferenças que produziu em relação ao já conhecido e que possibilitaram a realização de sua pesquisa nesses mesmos lugares. Tal gesto ético-estético, que remete a uma escolha implicada com o cuidado com os outros e a uma atitude de criação permanente, produz também uma abertura política ao afirmar que é possível fazer diferente, sem reduzir o trabalho científico aos constrangimentos exercidos pelo já dito, pelas regras da instituição, pelo mercado e pelas estruturas da administração político-econômica.

Ao tecer os passos que instituíram os caminhos a serem trilhados em sua pesquisa, Certeau, conforme seu próprio relato, começou por delimitar um campo — no caso, as práticas cotidianas — e instituir, por meio de sondagens e hipóteses, algumas possibilidades para a análise. Nessa empreitada, ele elaborou hipóteses sobre os modos operacionais e as lógicas das práticas ordinárias — ou seriam apostas na sua potência? — e articulou questões teóricas, métodos, categorias e pontos de vista para dialogar com o que já havia sido pensado a respeito, fazendo *usos* de conceitos e procedimentos para formular seu próprio repertório e modos de ver a questão.

O percurso metodológico realizado ou relatado por Certeau na execução desse trabalho, resultando no primeiro volume de *A invenção do cotidiano*, consistiu, principalmente, em alternar a análise descritiva de algumas maneiras de fazer selecionadas (ler, habitar, narrar) com usos de uma “literatura científica suscetível de fornecer hipóteses que permitam levar a sério a lógica desse pensamento que não se pensa” (Certeau, 1994, pp. 42-3).

O que é interessante ressaltar nas interlocuções que Certeau criou com teóricos que o antecederam e também com pensadores a ele contemporâneos, é a atenção dada, não aos

conteúdos comunicados, mas aos modos de fazer e relatar a pesquisa, a partir dos quais estipulou limites e possibilidades teórico-metodológicas postas à fabricação de uma epistemologia das práticas.

Com Freud e Wittgenstein, ele pensou a tessitura do ordinário por, entre e pela linguagem. Em *O homem sem qualidades*, refletiu com Freud sobre o lugar da linguagem ordinária na organização da atividade significante comum, discutiu o lugar de invenção da ciência e do sujeito e apontou a ultrapassagem das fronteiras constituídas que foi operada pela insinuação do ordinário na narratividade científica.

Com os usos que fez da filosofia da linguagem de Wittgenstein, interrogou a partilha entre as discursividades reguladoras das especializações e, ao mesmo tempo, constatou que a linguagem não pode constituir-se objeto de um discurso pelo fato de que “nenhum discurso pode ‘sair dela’ e colocar-se à distância para observá-la e dizer o seu sentido” (Certeau, 1994, p. 69). Nessa perspectiva, a análise da linguagem, afirmou, será sempre um exame interno.

Abordar a linguagem ‘na’ linguagem ordinária, sem poder ‘dominá-la com o olhar’, sem visibilidade a partir de um ponto distante, quer dizer apreendê-la como um conjunto de práticas onde a própria pessoa do analisador se acha implicada e pelas quais a prosa do mundo opera (Certeau, 1994, p. 71).

Para além das e concomitantemente às formulações sobre a insinuação do ordinário na ciência, Certeau realizou uma observação e uma descrição rigorosa de algumas práticas cotidianas selecionadas, desenvolvendo, à medida que sentiu necessidade, conceitos que tornaram possíveis a análise de suas lógicas operatórias e a fabricação de narrativas que as colocassem no cerne da

constituição do social. Tais conceitos e lógicas serão detalhadas em outros capítulos e por isso não vamos abordá-las aqui.

Em outro gesto, que nós consideramos ético-político, Michel de Certeau estabeleceu uma interlocução com Foucault e Bourdieu com o propósito de situar seu estudo em uma geografia da pesquisa a ele contemporânea. O que está em jogo nessa atitude é o estatuto da análise e a sua relação com o objeto formulado. Para o autor, os objetos de uma pesquisa resultam de seu aporte num campo onde ela se tornou possível, remetendo “a *uma rede de intercâmbios* profissionais e textuais” (Certeau, 1994, p. 109). Assim, como analisa o autor (p. 110):

Ao ‘esquecer’ o trabalho coletivo no qual se inscreve, ao isolar sua gênese histórica e objeto de seu discurso, um ‘autor’ pratica portanto a denegação de sua situação real. Ele cria a ficção de um lugar próprio. Malgrado as ideologias contrárias de que pode ser acompanhado, o ato de isolar a relação sujeito-objeto ou a relação discurso-objeto é a abstração que gera uma simulação de ‘autor’. Esse ato apaga a situação de pertença de uma pesquisa a uma rede [...]. Um discurso manterá portanto uma marca de cientificidade explicitando as condições e as regras de produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce.

Tais considerações levam à dívida assumida não como empréstimo ou agradecimento, mas como um elemento de qualquer discurso novo. Em Foucault, Certeau enxergou as novas perspectivas que este abriu para a análise das práticas, às quais foi possível acrescentar algumas questões relativas aos interesses da pesquisa sobre as práticas ordinárias. Tais perspectivas remetem à análise dos procedimentos que formam o tecido social em determinados *espaçotempos* e possibilitaram a Certeau (1994, p. 115) estabelecer que:

Uma sociedade seria composta de certas práticas exorbitadas, organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas, sem-número, que ficaram como ‘menores’, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para esta sociedade ou para outras. É nesta múltipla e silenciosa ‘reserva’ de procedimentos que as práticas ‘consumidoras’ deveriam ser procuradas com a dupla característica detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, ora majoritários, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens.

E assim Certeau foi se inscrevendo na geografia da pesquisa social a ele contemporânea, e ao mesmo tempo nela/dela se diferenciando. No diálogo com Bourdieu, ele assinalou a necessidade de pensar o papel atribuído às práticas na construção de uma teoria científica, questionando o motivo pelo qual toda possibilidade de ação tem que ser sempre analisada por uma racionalidade dominante. Encerrar as práticas sociais na forma do *habitus* e, desse modo, sob a lei da reprodução, seria uma produção resultante dessa operação. Assim, para Certeau, Bourdieu, com a teoria que formulou sobre as práticas sociais, pareceu *sair* em direção às táticas, mas *entrou de novo* (na ordem institucional) para confirmar a racionalidade profissional.

Antes de passar para o último tópico deste capítulo, que versará sobre a relação entre a universidade e a cultura de massa, consideramos importante destacar parte da narrativa Luce Giard que abre o volume dois de *A invenção do cotidiano* (1996). Ela nos conta um pouco sobre o modo como Certeau conduziu o trabalho no seu grupo de pesquisa, sem impor seus postulados e seus métodos, configurando, com essa atitude, um gesto de rebeldia e delicadeza.

Na pesquisa ele praticava, com uma flexibilidade inteligente e com a mesma delicadeza que usava no contato pessoal com os outros, coisas de que fizera sua teoria. Assim, toda operação de pesquisa era concebida como a realização de um teste aplicado a hipóteses claramente enunciadas, com as quais se devia lealmente tratar materiais, a fim de ‘trazer à tona as diferenças’. Se ele colocava tão alto a operatividade da análise a produzir, é porque não se satisfazia com a partilha estabelecida entre as disciplinas do saber. Recusava-se a acreditar que a ‘centificidade’ fosse sempre o apanágio de certos campos do saber (Giard, 1996, p. 18).

Ainda conforme o relato de Giard, Certeau dava muita importância à produção de dados e incentivava o desejo de *uma virada do olhar* analítico. “Era preciso captar ao vivo a multiplicidade das práticas, não sonhá-las, conseguir fazer que se tornassem inteligíveis, para que outros, por seu turno, pudessem estudar as suas operações” (Giard, 1996, p. 21).

A universidade e o ensino em um contexto de constantes mudanças culturais

A reflexão sobre a universidade e o ensino superior foi realizada por Michel de Certeau em meio ao clamor dos acontecimentos de Maio de 1968 e publicada no livro *A cultura no plural*, cuja primeira edição data de 1974, portanto, antes da formulação de sua epistemologia das práticas cotidianas. Ainda assim, consideramos que algumas problematizações esboçadas nessa reflexão podem nos ajudar a pensar o que se passa na nossa contemporaneidade, bem como nos ajudar a produzir “a virada do olhar” necessária à produção de novas questões.

Para Certeau (1995, p. 101), a universidade tinha que solucionar, naquele momento e lugar, um problema para o qual

a tradição não a havia preparado: “a relação entre a cultura de massa e seu recrutamento”. Trata-se, em outros termos e trazendo a questão para os dias atuais e para a realidade brasileira, de pensar a democratização do acesso e os modos como as universidades reagem à presença dessas populações antes excluídas. Nesse contexto, nos deparamos com um pensamento não muito otimista em relação ao que foi possível constatar. Nas palavras do autor (pp. 101-2):

Sob esse duplo choque, a universidade fragmenta-se em tendências contrárias. Uma os muros pela seleção da admissão e radicalizando interiormente as ‘exigências’ de cada disciplina por um controle mais rigoroso. Essa política de ‘não nos renderemos’ visa a defender a honra e os direitos da ciência estabelecida. Outros deixam a massa dos estudantes calcar sob os pés as guardas dos canteiros da tradição: eles se apoiam na ‘mistura’ e na discussão para elaborar uma linguagem cultural nova. Há muito tempo essa política de diálogo, pelas incertezas e balbucios em que ela muitas vezes resulta, foi reduzida a ilhas acusadas de negligência, de ideologização, de incompetência.

São duas formas extremas e radicais de reação, nas quais quem paga a conta são os estudantes. No entanto, o que interessava a Certeau era um problema urgente e novo colocado pela entrada maciça das classes médias nas instituições de ensino superior: a relação da cultura com a sociedade e com a universidade. Desde então, segundo o autor, tornou-se necessário compreender que “a cultura não está mais reservada a um grupo social; ela não mais constitui uma propriedade particular de certas *especialidades* profissionais (docentes, profissionais liberais); ela não é mais *estável* e definida por um código aceito por todos” (Certeau, 1995, pp. 103-4).

Parece óbvio, mas até hoje esse não é um ponto de vista compartilhado por muitos praticantes das comunidades acadêmicas. Contudo, como advertiu o próprio Certeau, o docente que ignora a heterogeneidade de referências, inclusive linguísticas, e a cultura caleidoscópica de seus estudantes mantendo um discurso próprio, acreditando falar em nome de um saber superior (por suas referências e suas origens), corre o risco de não se fazer ouvir.

Nessas circunstâncias, conforme a análise, quanto menos operacional a universidade se apresenta em relação à expectativa sociocultural, mais discriminatória ela se torna. Para evitar este risco, seria útil começar por compreender a forma que toma a produção e a expressão de sentidos na cultura contemporânea. Os procedimentos adotados pelos jovens daquela época descritos por Certeau nos dão pistas sobre esses modos de fazer e de dizer. Para o autor (1995, p. 114):

Com efeito, muitas vezes, com os materiais de sua cultura, o estudante procede por colagens, como aliás se faz uma 'bricolagem' individual de vários registros sonoros ou uma combinação de pinturas 'nobres' com imagens publicitárias. A criatividade é o ato de reempregar e associar materiais heterogêneos. O sentido prende-se à significação que esse emprego lhes confere. Esse sentido nada diz por si mesmo; ele elimina todo valor sagrado que seria dotado um signo particular; implica rejeição de todo objeto tido como 'nobre' e permanente.

Considerando os desafios que uma compreensão complexa da cultura apresenta, Certeau defendeu que o ensino não tenha por princípio um conteúdo comum e sim um estilo, tornando-se, dessa forma, compatível com a heterogeneidade dos conhecimentos e das experiências dos estudantes e professores.

A universidade, nessa perspectiva, deve semear o “ato criador” e tornar-se um laboratório de produção cultural, adequando os seus métodos às questões e às necessidades socio-culturais, além de falar uma linguagem que não seja estranha à maioria de seus praticantes.

A título de sistematização, enfatizamos que o reconhecimento da heterogeneidade dos conhecimentos e das experiências de professores e estudantes e a constatação da impossibilidade da educação ter, por princípio e por base, um conteúdo comum a todos, conferem, por si só, relevância e atualidade a essa reflexão.